

Mais Cr\$ 1 bilhão em ORTN

por Alaor Barbosa
do Rio

O Banco Central elevou de Cr\$ 2 bilhões para Cr\$ 3 bilhões o volume de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional que será ofertado no próximo leilão do papel. Essa medida complementa outra, tomada há 15 dias, que reduziu de Cr\$ 4,5 bilhões para Cr\$ 4 bilhões o volume de Letras do Tesouro Nacional de 91 dias emitido semanalmente e demonstra o empenho do governo em tentar alongar o perfil da dívida pública interna, atualmente muito concentrada em papéis de curto prazo, as LTN.

Em agosto, do saldo de Cr\$ 460,23 bilhões de títulos do governo federal em circulação,

56% eram LTN, cujo prazo médio de vencimento é de cerca de seis meses. Mesmo o perfil da dívida em ORTN está excessivamente concentrado no curto prazo: 55% dos títulos em mãos do setor privado (que representam um terço do total das ORTN emitidas) têm o prazo de resgate até o final do próximo ano.

O Banco Central, aproveitando as condições favoráveis do mercado — em períodos de inflação ascendente o interesse dos investidores é maior pelos papéis de correção pós-fixada —, está procurando colocar papéis de vencimento mais longo, como é o caso das ORTN de cinco anos, oferecendo vantagens adicionais para os investidores, como a bonificação de

dois meses de juros e correção monetária nas reaplicações. Essa vantagem também existia para os papéis de dois anos, mas foi eliminada recentemente.

"CLEARING"

Ontem, no Rio, as instituições "dealers" do Banco Central reuniram-se com os técnicos do Departamento da Dívida Pública para acertar os detalhes da instalação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia de LTN com início na próxima segunda-feira. A liquidação em reservas (ou recursos imediatamente disponíveis) terá início em 14 de novembro.

Na reunião ficou acertado que as instituições financeiras não-bancárias (corretoras, distribuidoras, bancos de investimento), que carregam posição de títulos no mercado aberto, trabalharão com bancos privados. Essa decisão visa basicamente a "privatizar" mais esse segmento do mercado financeiro, segundo disse um dos participantes da reunião a este jornal. Os bancos estatais, como o Banco do Brasil, o Banerj, Credireal e o Baneb, que já haviam aderido ao sistema, poderão exercer as funções de banco-custodiante, mas apenas com as instituições que não são "dealers", além de operar com clientes. Ficou também decidido que haverá uma pulverização entre os bancos privados que já se prontificaram a aderir ao sistema definitivamente (até agora são seis) com os convênios sendo assinados até o final desta semana.

Atualmente, as maiores instituições não-bancárias que atuam no mercado aberto operam basicamente com o Banco do Brasil, que continuará no mercado para dar liquidez aos títulos estaduais, como já vem fazendo há algum tempo. Para os bancos comerciais, a função de banco-custodiante deverá resultar em um aumento imediato dos seus depósitos.